

# Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2019 e 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras</b>	<b>10</b>



KPMG Auditores Independentes  
The Five East Batel  
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel  
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3304-2500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores da  
Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais  
Paranaguá - Paraná**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 05 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-PR

  
João Alberto Dias Panceri  
Contador CRC PR-048555/O-2

## Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	19.011	14.407	Fornecedores		6.294	13.163
Contas a receber de clientes	8	7.207	10.664	Empréstimos e financiamentos	14	29.681	75.842
Impostos a recuperar		1.559	89	Valores a pagar por sinistros		393	1.964
Outras contas a receber		974	1.531	Impostos e contribuições a recolher	16	2.078	3.077
Outros ativos		369	289	Salários e encargos sociais	15	2.470	3.296
		<u>29.120</u>	<u>26.980</u>	Dividendos a pagar	9	2.103	2.577
				Passivo de direito de uso - Arrendamento	13	4.359	-
				Outras contas a pagar		19	93
						<u>47.397</u>	<u>100.012</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	23	887	-	Fornecedores		1.960	-
Impostos a recuperar		1.118	729	Empréstimos e financiamentos	14	50.333	-
Propriedades para investimento	10	8.300	8.300	Mútuos com partes relacionadas	9	-	2.840
Imobilizado	11	151.504	156.504	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	14.879	13.978
Intangível	12	6.069	8.391	Passivo de direito de uso - Arrendamento	13	22.601	-
Ativo de direito de uso - Arrendamento	13	25.834	-	Outras contas a pagar		-	6
		<u>193.712</u>	<u>173.924</u>			<u>89.773</u>	<u>16.824</u>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	18.a	46.404	46.404
				Reservas de lucros	18.b	33.766	24.106
				Ajuste de avaliação patrimonial	18.c	5.492	13.558
						<u>85.662</u>	<u>84.068</u>
		<u>222.832</u>	<u>200.904</u>			<u>222.832</u>	<u>200.904</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

### Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Receita líquida de prestação de serviços	19	93.430	108.797
Custos dos serviços prestados	20	<u>(66.654)</u>	<u>(72.766)</u>
<b>Lucro bruto</b>		26.776	36.031
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Vendas	20	(393)	(423)
Administrativas e gerais	20	(12.182)	(11.367)
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	20	(6)	-
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>234</u>	<u>76</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos</b>		<u>14.429</u>	<u>24.317</u>
Receitas financeiras	21	944	590
Despesas financeiras	21	<u>(12.246)</u>	<u>(8.969)</u>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<u>(11.302)</u>	<u>(8.379)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		3.127	15.938
Imposto de renda e contribuição social - diferido	17.b	(901)	(571)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17.b	<u>(136)</u>	<u>(4.961)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><u>2.090</u></u>	<u><u>10.406</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais**

### **Demonstrações do resultado abrangente**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2019</b>	<b>2017</b>
Lucro líquido do exercício	2.090	10.406
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>2.090</u></u>	<u><u>10.406</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Nota	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>46.404</u>	<u>2.533</u>	<u>38.039</u>	<u>14.272</u>	<u>-</u>	<u>101.248</u>
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	18.c	-	714	(714)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.406	10.406
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores (ata AGE de 18/12/2018)		-	(25.115)	-	-	(25.115)
<b>Destinações:</b>						
Reserva legal	18.a	520	-	-	(520)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18.b	-	-	-	(2.471)	(2.471)
Reserva para retenção de lucros	18.b	-	7.415	-	(7.415)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>46.404</u>	<u>3.053</u>	<u>21.053</u>	<u>13.558</u>	<u>-</u>	<u>84.068</u>
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	18.c	-	8.066	(8.066)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.090	2.090
<b>Destinações:</b>						
Reserva legal	18.a	105	-	-	(105)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18.b	-	-	-	(496)	(496)
Reserva para retenção de lucros	18.b	-	1.489	-	(1.489)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>46.404</u>	<u>3.158</u>	<u>30.608</u>	<u>5.492</u>	<u>-</u>	<u>85.662</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

### Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Notas	2019	2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		3.127	15.938
<b>Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pela atividades operacionais</b>			
Depreciação e amortização	11 e 12	13.255	12.155
Depreciação do ativo de direito de uso	4.d	4.934	-
Despesas de juros de arrendamento	4.d	2.989	-
Custo residual do ativo imobilizado alienados ou baixados	11	619	1.338
Perda por redução ao valor recuperável - contas a receber de clientes	8	6	-
Provisão para contingências	23	116	67
Juros provisionados sobre empréstimos	14	8.280	7.526
		<u>33.326</u>	<u>37.024</u>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
Contas a receber	8	3.451	(4.721)
Outros ativos		(2.269)	(299)
Fornecedores		(4.909)	(307)
Valores a pagar por sinistros		(1.571)	(1.709)
Contas a pagar		(2.495)	195
		<u>25.533</u>	<u>30.183</u>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>		25.533	30.183
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(136)</u>	<u>(4.961)</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<u>25.397</u>	<u>25.222</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisições de imobilizado	11	(3.402)	7.082
Aquisições de intangível	12	(80)	(59)
		<u>(3.482)</u>	<u>7.023</u>
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>		<u>(3.482)</u>	<u>7.023</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Mútuos com partes relacionadas	9	(2.840)	-
Dividendos distribuídos	18.b	(496)	(27.587)
Empréstimos e financiamentos captados	14	22.500	34.012
Empréstimos e financiamentos pagos	14	(22.873)	(28.900)
Amortização de arrendamento - principal	4.d	(6.797)	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	14	(6.805)	(5.748)
		<u>(17.311)</u>	<u>(28.223)</u>
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos</b>		<u>(17.311)</u>	<u>(28.223)</u>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>4.604</u>	<u>4.022</u>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício	7	14.407	10.385
No fim do exercício	7	<u>19.011</u>	<u>14.407</u>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>4.604</u>	<u>4.022</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais (“Martini Meat”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na BR 277, KM 6, em Paranaguá - Paraná, e tem por objeto a prestação de serviços a terceiros de armazenagem em geral de carga acondicionada em containers, fardos ou sacos, bobinas, tambores ou tonéis, caixas e latas em lotes paletizados, a granel ou solta, incluídos produtos congelados e resfriados, *in natura* ou industrializados, e os serviços correlatos de movimentação de carga, pesagem, paletização, reetiquetagem, reembalagem, fumigação ou expurgo, enfardamento, ensacagem e costuras de sacos, unitização e desunitização de containers, embarque e desembarque de containers vazios e cheios. A Martini Meat possui armazéns nas localidades de Paranaguá, Ponta Grossa/PR, Itajaí/SC, Rio Grande/RS.

### 2 Base de preparação

#### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 05 de março de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06 (R2)– Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

- **Nota explicativa 11** – determinação das vidas úteis do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa 12** – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa 13** – reconhecimento dos ativos de direitos de uso relacionados a propriedades e equipamentos arrendados;
- **Notas explicativas 23** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

#### **4 Mudanças nas principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) As informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06 (R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

##### **a. Definição de arrendamento**

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 13.

Na transição para o CPC 06 (R2), a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06 (R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06 (R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

##### **b. Como arrendatário**

Como arrendatário, a Companhia arrendava diversos ativos, incluindo imóveis, veículos de passeios e transporte. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente a Companhia. De acordo com o CPC 06 (R2), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

**(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)**

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06 (R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia na data da aplicação inicial: A Companhia aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário; ou
- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1).

Em particular:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

**(ii) Arrendamento classificado como arrendamento financeiro conforme CPC 06(R1)**

A Companhia arrenda instalações e máquinas e equipamentos. Esses arrendamentos foram classificados como arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 06 (R1). Para esses arrendamentos financeiros, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06 (R1) imediatamente antes dessa data.

**c. Como arrendador**

A Companhia arrenda suas propriedades para investimento, incluindo propriedades próprias e ativos de direito de uso. A Companhia classificou esses arrendamentos como operacionais.

A Companhia não é requerido a fazer ajustes na transição para o CPC 06 (R2) para arrendamentos nos quais atua como arrendador, exceto para um subarrendamento.

**d. Impacto nas demonstrações financeiras**

**(i) Impacto nas demonstrações financeiras**

Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia reconheceu ativos e passivos cujo impacto na transição e movimentações ao longo do exercício estão resumidos abaixo.

	01/01/2019						Movimentação em 2019						31/12/2019	
	Custos	Depreciação	Pagamentos	Juros contábeis	Remensuração	Transferências	Custos	Depreciação	Pagamentos	Juros contábeis	Remensuração	Transferências	Custos	Depreciação
Ativo – direito de uso	29.218	(4.934)	-	-	1.550	-	25.834							
Passivo circulante	(3.526)	-	6.797	(2.989)	(1.550)	(3.091)	(4.359)							
Passivo não circulante	(25.692)	-	-	-	-	(3.091)	(22.601)							

**5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

**6 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário (veja nota explicativa 4).

**6.1 Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

**6.2 Receita de contrato com cliente**

As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas aos contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 19.

**6.3 Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### 6.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre financiamentos, e variação cambial.

#### 6.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

##### (i) *Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

##### (ii) *Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## **6.6 Imobilizado**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para as normas CPCs foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edificações	2% a 4% a.a
Veículos e tratores	6% a 17% a.a
Máquinas e equipamentos	8% a 17% a.a
Móveis e utensílios	10% a.a
Outros	4% a 25% a.a

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## **6.7 Intangível**

### ***Ágio***

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

### ***Outros ativos intangíveis***

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

### ***Amortização***

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Direitos de software	20%
----------------------	-----

## **6.8 Propriedade para investimentos**

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita de aluguel, durante o prazo de arrendamento.

## **6.9 Instrumentos financeiros**

### ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial***

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.



Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) *Classificação e mensuração subsequente***

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
  - Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
  - Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
  - A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

---

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

---

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, é reconhecido no resultado.
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
<b>Instrumentos patrimoniais a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Empréstimos e recebíveis;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Ativos financeiros disponíveis para venda; e

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018**

---

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado.
<b>Ativos financeiros mantidos até o vencimento</b>	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
<b>Ativos financeiros mantidos para venda</b>	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos.

Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

### *Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### **(iv) *Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **6.10 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

### *Ativos financeiros não-derivativos*

#### *Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito aa Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

#### *Mensuração das perdas de crédito esperada*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos aa Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

#### *Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido aa Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

#### *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### *Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

### *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido aa Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

#### **Ativo financeiro mensurado a custo amortizado**

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

### *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### **6.11 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

### **6.12 Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### **6.13 Arrendamentos**

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06 (R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06 (R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

#### ***Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019***

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

#### **(i) Como arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.



A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

#### *Arrendamentos de ativos de baixo valor*

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

#### **(ii) Como arrendador**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Companhia como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06 (R2), exceto para a classificação do subarrendamento celebrado durante o período do relatório atual que resultou em uma classificação de arrendamento financeiro.

Para contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2019, a Companhia determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- O cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- O acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo
- Se um dos seguintes itens fosse cumprido:
- O comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que
- Obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
- O comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo
- Tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou

- Fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

**(iii) Como arrendatário**

No período comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

**(iv) Como arrendador**

Quando a Companhia atuou como arrendador, determinou, no início do arrendamento, se cada arrendamento era financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia fez uma avaliação geral se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se fosse esse o caso, o arrendamento era um arrendamento financeiro; caso contrário, era um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considerou certos indicadores, como se o prazo do arrendamento referia-se à maior parte da vida econômica do ativo.

## **6.14 Novas normas e interpretações não adotadas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa e bancos	392	270
Aplicações financeiras (i)	<u>18.619</u>	<u>14.137</u>
	<b><u>19.011</u></b>	<b><u>14.407</u></b>

- (i) As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos (CDB's) e compromissadas de terceiros à taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) tanto em 2019 quanto em 2018 e 100% do caixa apresenta liquidez imediata.

## 8 Contas a receber de clientes

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
No país	7.213	10.664
Perda por redução ao valor recuperável	<u>(6)</u>	<u>-</u>
	<b><u>7.207</u></b>	<b><u>10.664</u></b>

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		
Saldo inicial	-	-
Adições	<u>(6)</u>	<u>-</u>
	<b><u>(6)</u></b>	<b><u>-</u></b>

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

		<b>Saldos vencidos</b>			
		<b>&lt; 30 dias</b>	<b>31 - 90 dias</b>	<b>&gt; 90 dias</b>	<b>Total</b>
31/12/19	6.902	283	-	22	7.207
31/12/18	9.398	696	2	28	10.664

## 9 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 referem-se a contratos de mútuo da Companhia com seus acionistas e outras companhias relacionadas, de acordo com os termos descritos abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	
	<b>Dividendos a pagar</b>	<b>Mútuos passivos não circulante</b>	<b>Dividendos a pagar</b>
Ritmo Logística S.A. (a)	-	2.840	-
Celso Antonio Frare - sócio.	118	-	116
Novo Oriente Participações Ltda.- sócio	1.985	-	2.461
	<b><u>2.103</u></b>	<b><u>2.840</u></b>	<b><u>2.577</u></b>

(a) Os contratos de mútuo com a Ritmo Logística S.A foram liquidados em março de 2019.

### a. Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria eleita anualmente na Assembléia Geral Ordinária - AGO.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 465 (R\$ 501 em 2018). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

A Companhia tem como acionista majoritário a Novo Oriente Participações Ltda. com 99,58% de participação do seu capital social.

## 10 Propriedades para investimento

Referem-se a terrenos não destinados ao uso da Companhia em sua atividade operacional, os quais são mantidos com a finalidade de se obter valorização de capital. A Companhia optou pelo método de mensuração a custo. A mensuração do valor justo dos terrenos classificados como propriedade para investimento é de R\$ 21.223. O valor justo das propriedades para investimento foi determinada por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada.

## 11 Imobilizado

### a. Composição

	2019		2018		% Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Edificações	109.070	(18.247)	90.823	91.217	2 a 4
Veículos e tratores	3.260	(1.653)	1.607	1.835	6 a 17
Máquinas e equipamentos	82.382	(38.097)	44.285	46.410	8 a 17
Móveis e utensílios	2.038	(1.527)	511	569	10
Obras em andamento	1.558	-	1.558	2.495	-
Terrenos	7.657	-	7.657	7.657	-
Outros	15.893	(10.830)	5.063	6.321	4 a 25
	<b>221.858</b>	<b>(70.354)</b>	<b>151.504</b>	<b>156.504</b>	

### b. Movimentação

Classes do imobilizado	2018 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019					
	Líquido	Aquisições(*)	Baixas	Transferências	Depreciação do exercício	Líquido
Edificações	91.217	1.395	(42)	843	(2.590)	90.823
Veículos e tratores	1.835	-	-	-	(228)	1.607
Máquinas e equipamentos	46.410	3.367	(534)	428	(5.386)	44.285
Móveis e utensílios	569	15	(23)	56	(106)	511
Obras em andamento	2.495	1.554	-	(2.491)	-	1.558
Terrenos	7.657	-	-	-	-	7.657
Outros	6.321	141	(20)	361	(1.741)	5063
	<b>156.504</b>	<b>6.472</b>	<b>(619)</b>	<b>(803)</b>	<b>(10.051)</b>	<b>151.504</b>
Classes do imobilizado	2017 Movimentação até 31 de dezembro de 2018					
	Líquido	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação do exercício	Líquido
Edificações	85.888	6.163	(365)	1.780	(2.249)	91.217
Veículos e Tratores	1.996	46	(39)	48	(216)	1.835
Máquinas e Equipamentos	50.301	4.149	(917)	(1.926)	(5.197)	46.410
Móveis e Utensílios	586	163	-	(67)	(113)	569
Obras em Andamento	1.745	2.014	-	(1.264)	-	2.495
Terrenos	7.657	-	-	-	-	7.657
Outros	5.782	359	(17)	1.429	(1.232)	6.321
	<b>153.955</b>	<b>12.894</b>	<b>(1.338)</b>	<b>-</b>	<b>(9.007)</b>	<b>156.504</b>

(\*) A Companhia efetuou aquisição de imobilizado com financiamento à prazo e não afetou o caixa, no montante de R\$ 3.070, descrito na nota explicativa 24.

**c. Revisão da vida útil estimada e recuperabilidade dos ativos**

A Companhia, ao final de cada exercício social, revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

Anualmente, a Companhia revisa o valor estimado de recuperação do seu ativo imobilizado. A Administração não identificou indicativo da necessidade de registro de provisão para ajuste do valor de realização (“*impairment*”).

## 12 Intangível

### a. Composição

	2019		2018		% Taxas médias anuais de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
<b>Intangível</b>					
Ágio	3.675	-	3.675	3.675	-
Direitos de software	17.068	(14.674)	2.394	4.716	20
	<b>20.743</b>	<b>(14.674)</b>	<b>6.069</b>	<b>8.391</b>	

### b. Movimentação

Classes do intangível	2018	Movimentação até 31 de dezembro de 2019			2019
	Líquido	Aquisições	Transferência	Amortização do exercício	Líquido
Ágio	3.675	-	-	-	3.675
Direitos de software	4.716	80	803	(3.205)	2.394
	<b>8.391</b>	<b>80</b>	<b>803</b>	<b>(3.205)</b>	<b>6.069</b>
	<b>2017</b>	<b>Movimentação até 31 de dezembro de 2018</b>			<b>2018</b>
Classes do intangível	Líquido	Aquisições	Transferência	Amortização do exercício	Líquido
Ágio	3.675	-	-	-	3.675
Direitos de software	7.805	59	-	(3.148)	4.716
	<b>11.480</b>	<b>59</b>	<b>-</b>	<b>(3.148)</b>	<b>8.391</b>

#### **Ágio na aquisição - Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda.**

O saldo de ágio apurado na aquisição da então controlada Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda., que foi incorporada pela Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais em 24 de outubro de 2011 encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da operação adquirida e às economias de escala esperadas da combinação de operações da Refribrás com as da Martini Meat, que não podem ser reconhecidas separadamente como um ativo intangível.

O valor de aquisição, em 13 de abril de 2010, foi de R\$ 22.000, enquanto o valor do patrimônio líquido avaliado a valor justo da controlada adquirida, resultante do exercício de identificação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15 - Combinação de negócios, nesta mesma data, era de R\$ 18.325, apurando ágio no valor de R\$ 3.675.

### 13 Ativo de direito de uso - arrendamentos

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades e equipamentos arrendados que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados abaixo:

	Edificações	Veículos operacionais	Veículos não operacionais	Total
Em 1 de janeiro de 2019	27.207	1.573	438	29.218
Depreciação	(3.881)	(834)	(219)	(4.934)
Remensuração	1.439	111	-	1.550
em 31 de dezembro de 2019	<u>24.765</u>	<u>850</u>	<u>219</u>	<u>25.834</u>

### 14 Empréstimos e financiamentos

Modalidade (em moeda nacional)	Encargos	2019	2018
FINAME	1,18% a.m	17.429	25.262
FINIMP	2,67% a.m	-	759
LEASING	1,31% a.m	3.172	225
Capital de giro	0,96% a.m	<u>59.413</u>	<u>49.596</u>
<b>Total</b>		<u>80.014</u>	<u>75.842</u>
<b>Passivo circulante</b>		<u>29.681</u>	<u>75.842</u>
<b>Passivo não circulante (i)</b>		<u>50.333</u>	<u>-</u>

- (i) A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, que, de acordo com os termos do contrato, serão pagos em parcelas nos próximos 5 anos. Contudo, determinados contratos possuem cláusulas contratuais restritivas que estabelecem o cumprimento de indicadores financeiros e não financeiros, que, se descumpridos, tornam tais empréstimos imediatamente vencíveis. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não cumpriu com algumas cláusulas contratuais não financeiras. Entretanto, antes da data da autorização para emissão destas informações financeiras a Companhia obteve junto aos credores as dispensas (“waivers”) necessários para restabelecer os prazos originais de vencimento. A Companhia efetuou a reclassificação da totalidade do saldo de empréstimos e financiamentos registrado no passivo não circulante para o passivo circulante, uma vez que até 31 de dezembro de 2018 não havia obtido os referidos waivers, em atendimento ao disposto no parágrafo 74 do pronunciamento técnico CPC 26 (R1) "Apresentação das Demonstrações Contábeis". Com a obtenção dos waivers em 2019, a classificação original foi retomada.



**a. Movimentação**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Saldo inicial</b>	75.842	58.964
Novas captações(*)	25.570	44.000
Pagamento de principal	(22.873)	(28.900)
Juros pagos sobre empréstimos	(6.805)	(5.748)
Juros provisionados sobre empréstimos	8.280	7.526
<b>Saldo final</b>	<b>80.014</b>	<b>75.842</b>

(\*) A Companhia efetuou aquisição de imobilizado com financiamento à prazo e não afetou o caixa, no montante de R\$ 3.070, descrito na nota explicativa 24.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimentos a longo prazo

	<b>2019</b>
2021	27.684
2022	13.281
2023	6.671
2024	738
	<b>50.333</b>

Em 31 de dezembro de 2019 os empréstimos e financiamentos com natureza FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor R\$ 17.429, em primeiro, segundo, terceiro e quarto grau e aval do sócio majoritário. Os empréstimos e financiamentos de capital de giro estão garantidos por aval do sócio majoritário no valor de R\$ 59.414, desse montante R\$ 21.756, estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados em primeiro grau.

**15 Salários e encargos sociais**

Os saldos mantidos como salários e encargos sociais são referentes a provisões trabalhistas e encargos previdenciários.

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Salários e férias a pagar	1.990	2.629
FGTS	106	144
INSS	349	461
IRRF	25	62
	<b>2.470</b>	<b>3.296</b>

## 16 Impostos a recolher

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Imposto de renda	1.352	1.749
COFINS	388	647
ISS	233	373
PIS	84	140
Impostos retidos	21	30
Contribuição social	-	138
	<b>2.078</b>	<b>3.077</b>
	<b>2.078</b>	<b>3.077</b>

## 17 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e os passivos tributários diferidos representam prejuízos fiscais e diferenças temporárias de imposto de renda e de contribuição social compensáveis ou tributáveis no futuro.

Eles são calculados e classificados com base em projeções de realização e rentabilidade futura da Companhia.

A origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos é apresentada a seguir:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Diferenças temporárias</b>		
Provisão de contingências	1.273	1.231
Ágio Refribras	1.355	1.702
Custos dos empréstimos – CPC 20	(171)	(371)
Ativo imobilizado – custo atribuído	(2.829)	(2.871)
Ajustes de vida útil imobilizado (depreciação) - CPC 27	(14.270)	(13.271)
Ativo de direito de uso- arrendamentos – CPC 6	383	-
Outros	(620)	(398)
	<b>(14.879)</b>	<b>(13.978)</b>
	<b>(14.879)</b>	<b>(13.978)</b>

### a. Conciliação da alíquota efetiva

Os valores são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Resultado antes dos impostos	3.127	15.938
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	<u>(1.063)</u>	<u>(5.419)</u>
Adições (exclusões) permanentes e outros:		
Despesas indedutíveis	1	9
IRPJ e CSLL sobre adições ou exclusões permanentes	25	(122)
Imposto de renda e contribuição social no resultado:		
Diferido	(901)	(571)
Corrente	<u>(136)</u>	<u>(4.961)</u>
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b><u>(1.037)</u></b>	<b><u>(5.532)</u></b>
Alíquota efetiva	33,2%	34,7%

## 18 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o capital social é de R\$ 46.404 totalmente subscrito e integralizado, e a participação societária está composta em 46.403.767 ações com valor nominal de R\$ 1 cada, pertencentes a Novo Oriente Participações Ltda, cuja participação é de 99,58% (46.211.277 ações) e ao Sr. Celso Antonio Frare, com participação de 0,42% (192.490 ações).

### b. Reservas de lucros

#### *Reserva legal*

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

#### *Dividendos*

O Estatuto Social em vigor determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76. Em 18 de dezembro de 2018, houve aprovação da distribuição de dividendos aos acionistas, no montante de R\$ 25.115.

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Lucro líquido do exercício	2.090	10.406
Reserva legal - 5%	<u>(105)</u>	<u>(520)</u>
Base de cálculo dos dividendos	1.986	9.886
Percentual de aplicação para dividendos conforme estatuto	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>496</u>	<u>2.471</u>

**Reserva de retenção de lucros**

O saldo da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2019 será destinado ao encerramento do exercício social, à reserva de retenção de lucros para a aplicação em investimentos para o reforço do capital de giro.

**c. Ajuste de avaliação patrimonial**

Ajuste de avaliação patrimonial incluem a variação líquida acumulada do valor justo para itens do imobilizado disponíveis para a operação da Companhia até que os ativos sofram redução do valor justo pela depreciação e amortização.

**19 Receita líquida de prestação de serviços**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Serviços prestados		
Receita de armazenamento	94.199	115.317
Receita de locação de imóveis e equipamentos	12.158	8.127
	106.357	123.444
Deduções		
Impostos sobre as receitas de serviços prestados	(12.868)	(14.463)
Devoluções e abatimentos	(59)	(184)
	(12.927)	(14.647)
	<b>93.430</b>	<b>108.797</b>

**20 Custos dos serviços prestados e despesas com vendas, administrativas e gerais por natureza de gastos**

Os custos dos serviços prestados e despesas com vendas, administrativas e gerais por natureza de gastos é o seguinte:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Despesa com benefícios a empregados	(27.218)	(31.796)
Despesas de depreciação e amortização	(13.255)	(12.155)
Fretes	(8.232)	(8.869)
Despesas com energia elétrica	(9.080)	(8.520)
Depreciação – direito de uso	(4.934)	-
Manutenção e reparos	(5.540)	(5.521)
Serviços de terceiros	(5.384)	(4.412)
Seguros	(1.597)	(2.020)
Vigilância e segurança	(1.107)	(911)
Combustíveis e lubrificantes	(1.002)	(1.222)
Embalagens	(883)	(1.042)
Locação de imóveis e equipamentos	(98)	(5.483)
Redução ao valor recuperável de contas a receber	(6)	-
Outros	(899)	(2.605)
	(79.235)	(84.556)
<b>Reconciliação dos custos e despesas operacionais por função</b>		
Custos dos serviços prestados	(66.654)	(72.766)
Despesas com vendas	(393)	(423)
Despesas administrativas e gerais	(12.182)	(11.367)
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(6)	-
	<b>79.235</b>	<b>84.556</b>

## 21 Despesas financeiras, líquidas

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.925)	(5.174)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil financeiro	(22)	(25)
Juros de arrendamentos	(2.989)	-
Variação cambial passiva	(1.671)	(2.630)
Outros	(639)	(1.140)
	(12.246)	(8.969)
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros sobre ativos financeiros	882	577
Variação cambial ativa	62	13
	944	590
	<b>(11.302)</b>	<b>(8.379)</b>

## 22 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

### a. Classificação contábil

		<b>2019</b>		<b>2018</b>	
	<b>Nota</b>	<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	<b>Passivos financeiros a custo amortizado</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	19.011	-	19.011	14.407
Contas a receber de clientes	8	7.207	-	7.207	10.664
		<b>26.218</b>	<b>-</b>	<b>26.218</b>	<b>25.071</b>
<b>Passivos</b>					
Fornecedores		-	8.254	8.254	13.163
Empréstimos e financiamentos	14	-	76.842	76.842	75.617
Financiamentos de clientes - sinistro		-	393	393	1.964
		<b>-</b>	<b>85.489</b>	<b>85.489</b>	<b>90.744</b>

**b. Classificação por categorias**

- **Caixa e equivalentes de caixa** – A Companhia detém ‘Caixa e equivalentes de caixa’ de R\$ 19.011 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 14.407 em 2018 ). O ‘Caixa e equivalentes de caixa’ são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AAA baseado na agência Fitch Ratings.
- **Contas a receber** - A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes. Detalhes sobre a concentração do contas a receber estão nas notas explicativas 8.
- **Financiamentos e fornecedores** - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes passivos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

**23 Provisão para contingências**

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2019			2018
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Trabalhistas	227	(164)	63	836
Tributárias	3.517	(4.467)	(950)	(836)
	<b>3.744</b>	<b>(4.631)</b>	<b>(887)</b>	<b>-</b>

**Movimentação da provisão para contingências**

	2019			
	Saldo	Adições a provisão	Utilização	Saldo
Trabalhistas	972	-	(745)	227
Tributárias	2.656	861	-	3.517
	<b>3.628</b>	<b>861</b>	<b>(745)</b>	<b>3.744</b>

	<b>2018</b>			
	<b>Saldo</b>	<b>Adições a provisão</b>	<b>Utilização</b>	<b>Saldo</b>
Trabalhistas	1.131	-	(159)	972
Tributárias	2.430	226	-	2.656
	<b>3.561</b>	<b>226</b>	<b>(159)</b>	<b>3.628</b>

Existem outras contingências passivas, com naturezas: tributárias, trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto, no montante estimado de R\$ 6.472 (R\$ 4.149 em 2018), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

## **24 Transações que não envolvem caixa**

A Companhia efetuou aquisição de imobilizado e intangível à prazo, no montante de R\$ 3.070 (R\$ 9.988 em 2018) que não envolveram caixa e, portanto não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

## **25 Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros patrimonial está composta por R\$ 326.807 para danos materiais, sendo R\$ 248.508 para cobertura predial e R\$ 78.299 para cobertura de lucros cessantes.